TOSCANO DE BRITO SERVIÇO REGISTRAL RTD/PJ

Associação dos Auditores Fiscais do Estado da Paraíba – AFRAFEP

REGULAMENTO DO PLANO DE SAÚDE AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*

Registro na ANS nº 470.462/14-2

Em conformidade com o Anexo I da IN nº 23/2009 da ANS

DA QUALIFICAÇÃO DA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE

Art. 1º. A AFRAFEP - Associação dos Auditores Fiscais do Estado da Paraíba, é associação sem fins lucrativos que representa específica categoria profissional, inscrita no CNPJ sob o nº 09.306.242.0001-82, com sede na Av. Coremas, 478, Centro, Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, com Autorização de Funcionamento junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 33028-1, classificada na ANS como "autogestão" sem mantenedor e sem patrocinador, doravante podendo ser designada de Operadora de Plano de Saúde - OPS.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PLANO DE SAÚDE

Art. 2º. A AFRAFEP disponibiliza o AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*, plano de saúde coletivo por adesão, com segmentação assistencial Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia e área geográfica de abrangência estadual, limitado ao Estado da Paraíba, que também é a área de atuação, cobertura e operação do produto, não havendo serviço ou coberturas adicionais à saúde não previstas na Lei 9.656/98.

Art. 3º. O AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* é plano registrado na ANS sob o nº 470.462/14-2, regulamentado pela Lei 9.656/98, e tem acomodação hospitalar individual (em apartamento).

Art. 4º. Os valores mensais a serem pagos pela cobertura assistencial disponibilizada serão pós-estabelecidos, ou seja, o valor da contraprestação pecuniária é calculado após a realização das despesas com as coberturas assistenciais, nos termos deste Regulamento.

ATRIBUTOS DO REGULAMENTO

Art. 5º. O AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* trata-se de Plano Privado de Assistência à Saúde, definido na Lei 9.656 de 03 de Junho de 1998, de prestação de serviços continuada, com cobertura de custos médico-hospitalares de acordo com o Rol de Eventos e Procedimentos em Saúde instituído pela ANS, e suas atualizações, com a cobertura de todas as doenças da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde da Organização Mundial de Saúde vigente à época do evento, através de profissionais ou serviços de saúde, integrantes de rede própria ou credenciada pela AFRAFEP.

Art. 6º. O presente Regulamento traça as diretrizes do plano de assistência à saúde, com características de "contrato" de adesão, sendo assim bilateral, gerando direitos e obrigações para as partes, conforme dispõe o Código Civil Brasileiro vigente.

DAS CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

Art. 7º. Podem aderir ao AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* as seguintes pessoas, designadas de beneficiários, considerando-se critério de elegibilidade ao plano de saúde:

I- Sócios da AFRAFEP;

II- Pensionistas do beneficiário descrito na alínea anterior;

III- Outros beneficiários que os atos normativos da ANS considerem elegíveis ao AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*.

IV- Grupo familiar dos beneficiários descritos nas alíneas anteriores, limitado ao terceiro grau de parentesco (ou outro grau permitido pela ANS), consangüíneo ou afim, denominados de beneficiários dependentes;

§ 1º. A adesão ao AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* do grupo familiar a que se refere o inciso IV do *caput* deste artigo, dependerá da participação do beneficiário titular no plano de assistência à saúde.

§ 2º. A adesão ao AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* dependerá de prévia comprovação de elegibilidade do beneficiário, podendo a AFRAFEP, a qualquer momento, solicitar documentação confirmatória.

§ 3 º. O não atendimento da solicitação referida no § 2º acarretará no cancelamento do vínculo do beneficiário ao AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* por falta de elegibilidade.

§ 4º. É garantida a inscrição de filho adotivo, menor de 12 (doze) anos de idade, com aproveitamento das carências já cumpridas pelo beneficiário adotante, desde que atendidos os critério de elegibilidade.

§ 5º. Atendidos os critério de elegibilidade, é garantida a inscrição ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário, como dependente, isento do cumprimento dos períodos de carência, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de 30 (trinta) dias do nascimento ou da adoção, sendo vedado nesses casos qualquer alegação de Doenças ou Lesões Preexistentes (DLP) ou de Cobertura Parcial Temporária (CPT).

Art. 8º. A adesão dos beneficiários ao AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*, atendidos os critério de elegibilidade, se dará por meio de assinatura de Termo de Adesão ao plano coletivo, representando total concordância aos termos deste Regulamento.

DAS COBERTURAS E PROCEDIMENTOS GARANTIDOS

Art. 9º. O AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* garante cobertura assistencial a todas as doenças da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da

TOSCANO DE BRITO SERVIÇO REGISTRAL RTD/PJ

Organização Mundial de Saúde, limitada a cobertura assistencial exclusivamente ao que consta no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento.

§ 1º. Ao beneficiário do AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* é garantido:

I- Atendimento nos casos de planejamento familiar de que trata o inciso III do art. 35-C da Lei 9.656/98, que envolvem atividades de educação, aconselhamento e atendimento clínico previsto em atos regulamentares da ANS;

II- Cobertura dos procedimentos constantes no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento que necessitem de anestesia, com ou sem participação de médico anestesiologista, caso haja indicação clínica;

III- Atendimento, dentro da segmentação e da área geográfica de abrangência estabelecida neste Regulamento, assegurada independentemente do local de origem do evento;

IV- Cobertura de consultas médicas em número ilimitado em clínicas básicas e especializadas (especialidades médicas), inclusive obstétrica para pré-natal, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina – CFM;

V- Cobertura de serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais, incluindo procedimentos cirúrgicos ambulatoriais solicitados pelo médico assistente, mesmo quando realizados em ambiente hospitalar;

VI- Cobertura de consulta ou sessões com nutricionista, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogo, de acordo com o estabelecido nos atos normativos da ANS em vigor à época do evento;

VII- Cobertura de psicoterapia, de acordo com o número de sessões estabelecido nos atos normativos da ANS em vigor à época do evento, que poderão ser realizadas tanto por psicólogo como por médico devidamente habilitado;

VIII- Cobertura dos procedimentos de reeducação e reabilitação física listados nos atos normativos da ANS em vigor à época do evento, que podem ser realizados tanto por fisiatra, como por fisioterapeuta, em número ilimitado de sessões por ano;

IX- Cobertura de hemodiálise e diálise peritonial - CAPD;

X- Cobertura de quimioterapia oncológica ambulatorial, entendida como aquela baseada na administração de medicamentos para tratamento do câncer, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes que, independentemente da via de administração e da classe terapêutica, necessitem, conforme prescrição do médico assistente, ser administrados sob intervenção ou supervisão direta de profissionais de saúde dentro de estabelecimento de saúde;

XI- Cobertura dos procedimentos de radioterapia listados nos atos normativos da ANS em vigor à época do evento;

Felix

XII- Cobertura dos procedimentos de hemodinâmica ambulatoriais e de apoio de estrutura hospitalar;

XIII- Cobertura de hemoterapia ambulatorial;

XIV- Cobertura das cirurgias oftalmológicas ambulatoriais listadas nos atos normativos da ANS em vigor à época do evento;

XV- Cobertura de atendimentos caracterizados como de urgência e emergência, conforme dispõe os atos normativos do Conselho de Saúde Suplementar e da ANS, específicos sobre o tema e em vigor à época do evento;

XVI- Cobertura de internações hospitalares, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina. Havendo indisponibilidade de leito hospitalar nos estabelecimentos próprios ou credenciados pela AFRAFEP, é garantido ao beneficiário o acesso a acomodação, em nível superior, sem ônus adicional;

XVII- Cobertura de internações hospitalares em centro de terapia intensiva, ou similar, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, a critério do médico assistente;

XVIII- Cobertura de despesas referentes a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação, em casos de internação hospitalar;

XIX- Cobertura de exames complementares indispensáveis para o controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões e sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar;

XX- Cobertura de toda e qualquer taxa, incluindo materiais utilizados, em situações de internação hospitalar;

XXI- Cobertura para remoção do paciente, comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar, dentro dos limites da abrangência geográfica do AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* prevista neste Regulamento;

XXII- Cobertura das despesas, incluindo alimentação e acomodação, relativas ao acompanhante, salvo contra-indicação do médico assistente, nos seguintes casos de internação hospitalar: *a)* crianças e adolescentes menores de 18 anos; *b)* idosos a partir dos 60 anos de idade e *c)* pessoas portadoras de deficiência;

XXIII- Cobertura dos procedimentos cirúrgicos buco-maxilo-faciais listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento, incluindo a solicitação de exames complementares e o fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, assistência de enfermagem, alimentação, órteses, próteses e demais materiais ligados ao ato cirúrgico utilizados durante o período de internação hospitalar;

OSCANO DE BRITO SERVIÇO REGISTRAL RTD/PJ

XXIV- Cobertura da estrutura hospitalar necessária à realização dos procedimentos odontológicos passíveis de realização ambulatorial, mas que por imperativo clínico necessitem de internação hospitalar, com equipe de saúde necessária à complexidade do caso, incluindo exames complementares e o fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, assistência de enfermagem e alimentação utilizados durante o período de internação hospitalar, nos termos e amplitude estabelecidos nos atos normativos da ANS em vigor à época do evento;

XXV- Cobertura para os seguintes procedimentos considerados especiais, cuja necessidade esteja relacionada à continuidade da assistência prestada em nível de internação hospitalar, conforme indicação expressa do médico assistente:

a) hemodiálise e diálise peritonial - CAPD;

b) quimioterapia oncológica ambulatorial, entendida como aquela baseada na administração de medicamentos para tratamento do câncer, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes que, independentemente da via de administração e da classe terapêutica, necessitem, conforme prescrição do médico assistente, ser administrados sob intervenção ou supervisão direta de profissionais de saúde dentro de estabelecimento de Saúde;

c) procedimentos radioterápicos previstos nos atos normativos da ANS em vigor à época do evento para as segmentações ambulatorial e hospitalar;

d) hemoterapia;

e) nutrição parenteral ou enteral;

f) procedimentos diagnósticos e terapêuticos em hemodinâmica descritos nos atos normativos da ANS em vigor à época do evento;

g) embolizações listadas nos atos normativos da ANS em vigor à época do evento;

h) radiologia intervencionista;

i) exames pré-anestésicos ou pré-cirúrgicos;

j) procedimentos de reeducação e reabilitação física listados nos atos normativos da ANS em vigor à época do evento;

k) acompanhamento clínico no pós-operatório imediato e tardio, dos pacientes submetidos aos transplantes listados Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento, exceto fornecimento de medicação de manutenção.

XXVI- Cobertura de cirurgia plástica reconstrutiva de mama, utilizando-se de todos os meios e técnicas necessárias, para o tratamento de mutilação decorrente de utilização de técnica de tratamento de câncer;

Recife

XXVII- Cobertura de cirurgia plástica reparadora de órgão e funções, nos termos e limites estabelecidos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento;

XXVIII- Cobertura de hospital-dia exclusivamente para transtornos mentais e de acordo com as Diretrizes de Utilização estabelecidas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento. Entende-se por hospital-dia para transtornos mentais o recurso intermediário entre a internação e o ambulatório, que deve desenvolver programas de atenção e cuidados intensivos por equipe multiprofissional, visando substituir a internação convencional, e proporcionando ao beneficiário a mesma amplitude de cobertura oferecida em regime de internação hospitalar;

XXIX- Todos os procedimentos clínicos ou cirúrgicos decorrentes de transtornos mentais, inclusive aqueles necessários ao atendimento das lesões auto-infligidas;

XXX- Cobertura de transplantes listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento, e dos procedimentos a eles vinculados, incluindo:

a) as despesas assistenciais com doadores vivos, as quais estão sob as expensas da operadora de planos privados de assistência à saúde do beneficiário receptor;

b) os medicamentos utilizados durante a internação;

c) o acompanhamento clínico no pós-operatório imediato e tardio, exceto medicamentos de manutenção; e

d) as despesas com captação, transporte e preservação dos órgãos na forma de ressarcimento ao SUS;

XXXI- Cobertura das despesas, incluindo paramentação, acomodação e alimentação, relativas ao acompanhante indicado pela mulher durante:

a) pré-parto;

b) parto; e

c) pós-parto imediato por 48 horas, salvo contra-indicação do médico assistente ou até 10 dias, quando indicado pelo médico assistente;

XXXIII- Cobertura assistencial ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário, ou de seu dependente, durante os primeiros 30 (trinta) dias após o parto;

XXXII- Opção de inscrição assegurada ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário, como dependente, isento do cumprimento dos períodos de carência, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de 30 (trinta) dias do nascimento ou adoção, observando-se sempre a elegibilidade do recém-nascido.

§ 2º. O limite quantitativo ou temporal de sessões, exames e demais procedimentos com cobertura assistencial, será aquele estabelecido pela ANS no Rol de Procedimentos e Eventos em

TOSCANO DE BRITO SERVIÇO REGISTRAL RTD/PJ

Saúde vigente à época do evento, devendo-se observar sempre as Diretrizes de Utilização estabelecidas pela ANS, quando existentes.

DAS EXCLUSÕES DE COBERTURA

Art. 10º. Além dos procedimentos e materiais não inseridos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento, exclui-se da cobertura assistencial:

I - tratamento clínico ou cirúrgico experimental, isto é, aquele que:

a) emprega medicamentos, produtos para a saúde ou técnicas não registrados/não regularizados no país;

b) é considerado experimental pelo Conselho Federal de Medicina – CFM ou pelo Conselho Federal de Odontologia- CFO; ou

c) não possui as indicações descritas na bula/manual registrado na ANVISA (uso off-label);

II - procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses, próteses, materiais especiais e de síntese para o mesmo fim, ou seja, aqueles que não visam restauração parcial ou total da função de órgão ou parte do corpo humano lesionada, seja por enfermidade, traumatismo ou anomalia congênita;

III - inseminação artificial, entendida como técnica de reprodução assistida que inclui a manipulação de oócitos e esperma para alcançar a fertilização, por meio de injeções de esperma intracitoplasmáticas, transferência intrafalopiana de gameta, doação de oócitos, indução da ovulação, concepção póstuma, recuperação espermática ou transferência intratubária do zigoto, entre outras técnicas;

IV - tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética, assim como em spas, clínicas de repouso e estâncias hidrominerais;

V - fornecimento de medicamentos e produtos para a saúde importados não nacionalizados, isto é, aqueles produzidos fora do território nacional e sem registro vigente na ANVISA;

VI - fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, isto é, aqueles prescritos pelo médico assistente para administração em ambiente externo ao de unidade de saúde;

VII – fornecimento de medicamentos prescritos durante a internação hospitalar cuja eficácia e/ou efetividade tenham sido reprovadas pela Comissão de Incorporação de Tecnologias do Ministério da Saúde - CITEC;

VIII - fornecimento de órteses, próteses, materiais especiais e de síntese e seus acessórios, não ligados ao ato cirúrgico;

IX – tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

X - casos de cataclismos, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente;

XI - estabelecimentos para acolhimento de idosos e internações que não necessitem de cuidados médicos em ambiente hospitalar;

XII - os procedimentos relacionados com a saúde ocupacional que não se enquadrem, especificamente, no diagnóstico, tratamento, recuperação e reabilitação de doenças relacionadas ao processo de trabalho, listadas na Portaria nº 1339/GM do Ministério da Saúde ou outra que a substitua;

XIII - a realização dos exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais;

XIV - os transplantes não constantes no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento

XV - as despesas extraordinárias de contas hospitalares (exemplos: telefonemas, lavagem de roupa, frutas, objetos destruídos ou danificados, refrigerantes, despesas de caráter pessoal ou particular, etc.), tanto do beneficiário quanto de seu acompanhante;

XVI - sessões, entrevistas, consultas ou tratamentos de psicoterapia de grupo, testes psicotécnicos;

XVII - cirurgias destinadas à esterilização ou de microimplantes para reversão de casos de vasectomia e de laqueadura tubária;

XVIII - exames para Carteira Nacional de Habilitação;

XIX - exame de DNA para comprovação de teste de paternidade ou maternidade;

XX- medicamentos anti rejeição em casos de transplantes listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento.

XXI - procedimentos adicionais não previstos neste Regulamento ou não inseridos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento;

PERÍODO DE CARÊNCIA

Art. 11. Os beneficiários titulares e dependentes somente terão garantidas as coberturas assistências do AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* após atendidos os seguintes períodos de carência:

a) 24 (vinte e quatro) horas para a cobertura dos casos de urgência e emergência;

b) 90 (noventa) dias para consultas médicas, exames laboratoriais e radiografias simples de apoio ao diagnóstico;

c) 300 (trezentos) dias para partos a termo;

FOSCANO DE BRITO SERVIÇO REGISTRAL RTD/PJ

d) 180 (cento e oitenta) dias para os demais casos;

§ 1º. Os períodos de carência serão contados a partir da data da adesão do beneficiário ao AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*, contados individualmente para cada beneficiário, somente sendo computados os períodos contínuos, ininterruptos de vinculação ao plano de saúde.

§ 2º. Havendo o cancelamento do vínculo do beneficiário com o AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*, independentemente do motivo, a posterior nova adesão ao plano de saúde repercutirá em novo período de carência a ser cumprido.

§ 3º. Não será exigido o cumprimento de prazos de carência caso o beneficiário ingresse no AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* em até 30 (trinta) dias contados do início da vigência deste Regulamento.

§ 4º. A cada aniversário do Regulamento do AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*, será permitida a adesão de novos beneficiários sem o cumprimento de prazos de carência, desde que a adesão ao plano de saúde seja formalizada em até 30 (trinta) dias contados da data do aniversário do Regulamento.

§ 5º A inclusão de beneficiário no AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* no período indicado nos parágrafos 3º e 4º deste artigo, não exclui eventual Cobertura Parcial Temporária decorrente Doenças ou Lesões Preexistentes (DLP), nos termos definidos neste Regulamento.

DOENÇAS E LESÕES PREEXISTENTES

Art. 12. Não haverá cobertura assistencial pelo AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*, por um período ininterrupto de 24 (vinte e quatro) meses, para Procedimentos de Alta Complexidade (PAC), leitos de alta tecnologia e procedimentos cirúrgicos, relacionados exclusivamente às Doenças ou Lesões Preexistentes (DLP) à data da adesão do beneficiário ao plano de saúde, sendo disponibilizado por esse período uma Cobertura Parcial Temporária (CPT).

§ 1º. Consideram-se Doenças ou Lesões Preexistentes (DLP) aquelas que o beneficiário ou seu representante legal saiba ser portador ou sofredor, no momento da adesão ao AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*.

§ 2º O coordenador médico responsável pela AFRAFEP poderá exigir exames do pretenso beneficiário, para avaliação de Doenças ou Lesões Preexistentes (DLP), podendo a solicitação prévia desses exames ser objeto de regulamentação específica.

§ 3º. Para aderir ao AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*, o beneficiário deverá preencher Declaração de Saúde, nos termos da regulamentação específica da ANS, informando o conhecimento prévio de Doenças ou Lesões Preexistentes (DLP). A omissão na Declaração de Saúde de Doenças ou Lesões Preexistentes (DLP) caracterizará fraude.

§ 4º. Constatada suspeita de omissão por parte do beneficiário de Doenças ou Lesões Preexistentes (DLP), a AFRAFEP enviará Termo de Comunicação ao Beneficiário, podendo:

I. Oferecer Cobertura Parcial Temporária (CPT) ao beneficiário pelos meses restantes, a partir da data de recebimento do Termo de Comunicação, até completar o período máximo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de adesão ao AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*;

II. Solicitar abertura de processo administrativo junto à ANS, quando da identificação do indício de fraude, ou após recusa do beneficiário à CPT.

§ 5º. Havendo a formal solicitação de abertura de processo administrativo perante a ANS, para julgamento do mérito da alegação de suspeita de omissão de conhecimento prévio de Doença ou Lesão Preexistente (DLP) por parte do beneficiário, na Declaração de Saúde, não haverá, salvo por motivo diverso, negativa de cobertura assistencial, suspensão ou rescisão unilateral do vínculo do beneficiário com o AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*, até a publicação pela ANS do encerramento do processo administrativo.

§ 6º. Não poderá ser alegada omissão de informação de Doenças ou Lesões Preexistentes (DLP) quando for realizado exame ou perícia no beneficiário pela AFRAFEP, com vistas à sua admissão no plano no saúde.

ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Art. 13. É assegurado ao beneficiário do AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* atendimento de urgência e emergência, após as primeiras 24 (vinte e quatro) horas contadas da adesão ao plano de saúde.

§ 1º. Considera-se procedimento de emergência os que implicarem risco imediato à vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizado em declaração do médico assistente; e procedimentos de urgência os resultantes de acidentes pessoais ou de complicações no processo gestacional.

§ 2º. Depois de cumprido o prazo de carência de 24 (vinte e quatro) horas, é garantida a cobertura assistencial aos atendimentos de urgência e emergência que evoluírem para internação, desde a admissão até a alta, ou que sejam necessários para a preservação da vida, órgãos e funções.

Art. 14. Após realizados os atendimentos classificados como urgência e emergência, nos termos do artigo anterior, a AFRAFEP se compromete a garantir a cobertura de remoção para outra unidade hospitalar integrante de sua rede credenciada, quando caracterizada, pelo médico assistente, a falta de recurso oferecidos pela unidade para continuidade da atenção ao paciente; ou a remoção para unidade do SUS (Sistema Único de Saúde) que disponha dos recursos necessários a garantir a continuidade do atendimento, quando não houver cobertura assistencial pelo AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* para continuidade do tratamento, a exemplo dos casos em que haja necessidade de internação e o beneficiário esteja em período de carência e não opte por custear as despesas médico-hospitalares, negociando, nesse caso, diretamente com o prestador de serviços.

TOSCANO DE BRITO SERVIÇO REGISTRAL RTD/PJ

§ 1º. Na impossibilidade de remoção para unidade do SUS por risco à vida do paciente, o beneficiário e o prestador do atendimento deverão negociar entre si a responsabilidade financeira da continuidade da assistência, desobrigando-se, assim, a AFRAFEP, desse ônus.

§ 2º. Nos casos de remoção de responsabilidade da AFRAFEP, será disponibilizada ambulância (transporte terrestre) com os recursos necessários a garantir a manutenção da vida, só cessando a responsabilidade da AFRAFEP sobre o paciente quando efetuado seu registro na unidade do SUS.

§ 3º. Nos casos de remoção do paciente para unidade do SUS, conforme especificado nos parágrafos anteriores, optando o paciente ou seu responsável pela continuidade do atendimento em unidade diferente das unidades do SUS, mediante assinatura de termo de responsabilidade, a AFRAFEP ficará desobrigada da responsabilidade médica e do ônus financeiro da remoção.

Art. 15. Havendo necessidade de atendimento em casos de urgência ou emergência antes do prazo de carência para esse tipo de atendimento, a cobertura assistencial será garantida por no máximo 12 (doze) horas de atendimento ambulatorial.

§ 1º. Caso seja necessário, para a continuidade do atendimento de urgência ou emergência, a realização de procedimentos exclusivos da cobertura hospitalar, ainda que na mesma unidade prestadora de serviços e antes das 12 (doze) horas estabelecidas no *caput* deste artigo, a cobertura assistencial pelo AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* cessará a partir da necessidade de internação, passando a ser do beneficiário a responsabilidade financeira pela assistência prestada, não cabendo qualquer ônus à AFRAFEP;

§ 2º. Em caso de necessidade de assistência médica-hospitalar decorrente da condição gestacional, durante o cumprimento dos períodos de carência, serão cobertas as despesas efetuadas com a realização de atendimentos caracterizados como de urgência/emergência que demandem atenção continuada, pelo período de até 12 (doze) horas. Cessadas as 12 (doze) horas do atendimento prestados ou sendo necessária a internação hospitalar antes de esgotado esse prazo, a responsabilidade pelo custeio será automaticamente transferida para o beneficiário titular, garantido o traslado para a rede pública, coberto pela AFRAFEP, nos limites da abrangência geográfica do plano.

ACESSO A LIVRE ESCOLHA DE PRESTADORES

Art. 16. Aos beneficiários do presente plano de saúde é permitida a livre escolha de prestadores não participantes da rede assistencial, própria ou contratualizada da AFRAFEP, nas seguintes condições e termos:

a) A livre escolha de prestadores, restrita aos eventos e procedimentos com cobertura assistencial prevista neste Regulamento, é permitida apenas nas seguintes coberturas abaixo elencadas, sendo vedada em qualquer outra:

   1 - Consultas Médicas;

   2 - Exames Complementares;

4 – Terapias;

5 - Atendimento Ambulatorial.

b) O beneficiário será reembolsado do valor custeado por si, decorrente do acesso a livre escolha de prestadores, limitado o reembolso ao valor praticado pela operadora com sua rede assistencial para o evento/procedimento realizado, conforme tabela registrada em cartório de registro de título e documentos, onde constará todos os valores praticados pela operadora com sua rede assistencial, para cada um dos eventos/procedimentos citados no item anterior, ficando as atualizações da referida tabela disponibilizadas no sítio da AFRAFEP na internet para acesso exclusivo dos beneficiários. A tabela (e suas atualizações) será ainda disponibilizada na sede da AFRAFEP, para consulta dos beneficiários e, em caso de dúvida, os beneficiários poderão receber os devidos esclarecimentos por meio do setor de Atendimento da operadora, por telefone.

§ 1º. Fica garantido que o reembolso ao beneficiário das despesas médicas provenientes do sistema de livre escolha, não será em valor inferior ao praticado diretamente na rede credenciada, atendendo assim ao inc. IX, art. 2º, da Resolução CONSU 08/1998.

§ 2º. A análise para o reembolso previsto nos termos deste Regulamento será efetuada mediante a apresentação dos seguintes documentos originais pelo beneficiário:

1) Prescrição médica e ou relatório completo do médico assistente, em letra legível, com a especialidade e o CRM do mesmo, declarando o diagnóstico e CID, data do início do evento, tratamento efetuado, data do atendimento e, se o caso exigir, as condições de urgência/emergência relatadas;

2) Conta detalhada, constando diárias, taxas, serviços auxiliares de diagnóstico e terapêuticos, relação individualizada de materiais e medicamentos utilizados, representados por nota fiscal ou recibo;

3) Recibos de honorários e ou procedimentos realizados referentes aos médicos, auxiliares, anestesistas e assistentes, descrevendo as funções, os eventos a que se referem, data de realização do procedimento, bem como carimbo com o número do CRM e do CPF;

4) Nota fiscal do serviço/procedimento, quando os valores tiverem sido pagos a pessoa jurídica.

§ 3º. No caso de pagamento parcelado, o reembolso também será efetuado em parcelas. Uma vez atingido o limite do valor reembolsável, conforme especificado neste Regulamento, não será exigida a documentação referente às demais parcelas, quando houver.

§ 4º. Caso o custo real da despesa seja inferior aos valores fixados na tabela de reembolso, o reembolso se dará com base no valor efetivamente pago pelo beneficiário.

§ 5º. Dos valores a serem pagos pela operadora de plano de saúde a título de reembolso, serão descontados os valores referentes à coparticipação devidas pelo beneficiário, nos termos deste Regulamento.

TOSCANO DE BRITO SERVIÇO REGISTRAL RTD/PJ

§ 6º. Somente será efetuado o reembolso de despesas comprovadas com documentos originais, e quando solicitado o reembolso no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após o evento.

§ 7º. Após a aceitação dos documentos apresentados pelo beneficiário, o pagamento do reembolso das despesas será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias.

§ 8º. Não ocorrerá reembolso de despesas realizadas através de prestadores participantes da rede assistencial da AFRAFEP.

AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, MECANISMOS DE REGULAÇÃO E OUTRAS DISPOSIÇÕES

Art. 17. Salvo os casos de urgência e emergência, os eventos e procedimentos cobertos pelo AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* necessitam de prévia autorização da AFRAFEP, nos termos da legislação própria da ANS, atendendo sempre às normas regulamentares específicas quanto à troca de informação entre operadora de plano de saúde e sua rede credenciada.

§ 1º. A avaliação da solicitação de procedimentos que dependem de autorização prévia, será analisada no prazo máximo de 01 (um) dia útil, a partir do momento da solicitação, ou em prazo inferior quando caracterizada a urgência, sendo que em alguns casos poderá ser solicitada complementação das informações e/ou adotado procedimento de negociação para aquisição de produtos que serão utilizados pelos prestadores na execução dos serviços.

§ 2º. Os procedimentos realizadas em caráter de urgência ou emergência deverão ser comunicadas à AFRAFEP no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, subseqüentes à data da realização do procedimento, mediante o histórico do caso, fundamentado em declaração do médico assistente, a fim de que seja emitida a correspondente autorização, sob pena da não cobertura das despesas resultantes do atendimento.

Art. 18. A AFRAFEP poderá, a qualquer tempo, solicitar relatório médico sobre a necessidade do tratamento proposto.

Art. 19. O médico assistente poderá solicitar a prorrogação do tempo de internação, por intermédio de laudo fundamentado.

Art. 20. O beneficiário titular responderá integralmente por eventual obrigação financeira contraída por si ou por seus dependentes, perante médicos ou estabelecimentos de saúde, principalmente quando:

a) Omitir a sua condição de inscrito no AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*, ou deixar de providenciar junto à AFRAFEP a necessária autorização para realização do procedimento, quando lhe couber;

b) Utilizar-se de prestadores ou profissionais não credenciados, em localidade onde houver pessoa física ou jurídica credenciada que tenha disponibilidade para prestar o serviço especializado necessário.

Art. 21. A efetiva utilização dos serviços assistenciais assegurados pelo presente Regulamento, nos termos do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigentes à época do evento, encontra-se condicionada à participação financeira dos beneficiários titulares e dependentes, que pagarão à AFRAFEP coparticipação nos seguintes moldes:

I- Coparticipação de 30% (trinta por cento) do valor global do procedimento, nas seguintes hipóteses:

a) Consultas médicas, dispensando-se a coparticipação das 06 (seis) primeiras consultas realizadas no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

b) Fisioterapia, quando não decorrente de acidente ou de reabilitação pós-operatória, dispensando-se a coparticipação das 30 (trinta) primeiras sessões realizadas no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

c) Fonoaudiologia, dispensando-se a coparticipação das 24 (vinte e quatro) primeiras sessões realizadas no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

d) Psicoterapia e Psicologia, dispensando-se a coparticipação das 40 (quarenta) primeiras sessões realizadas no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

e) Esclerose de varizes, dispensando-se a coparticipação das 10 (dez) primeiras aplicações realizadas no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

f) Pet-scan oncológico, dispensando-se a coparticipação do primeiro exame realizado no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

g) Consulta com Nutricionista, dispensando-se a coparticipação das 12 (doze) primeiras consultas realizadas no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

h) Terapia ocupacional, dispensando-se a coparticipação das 12 (doze) primeiras consultas/sessões realizadas no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

i) Teste ergométrico, dispensando-se a coparticipação do primeiro procedimento realizado no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

j) Prova de holter, dispensando-se a coparticipação do primeiro procedimento realizado no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

k) Cintilografia, dispensando-se a coparticipação do primeiro procedimento realizado no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

l) Ecocardiograma, dispensando-se a coparticipação do primeiro procedimento realizado no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

m) Densitometria óssea, dispensando-se a coparticipação do primeiro procedimento realizado no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

n) Angiografia, dispensando-se a coparticipação do primeiro procedimento realizado no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

o) Ressonância magnética, quando não decorrente de acidente ou de reabilitação pós-operatória, dispensando-se a coparticipação do primeiro procedimento realizado no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

p) Acupuntura, dispensando-se a coparticipação das 20 (vinte) primeiras sessões/aplicações realizadas no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

q) Exames de diagnóstico decorrentes das consultas médicas, dispensando-se a coparticipação dos 06 (seis) primeiros exames realizados no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

r) Tomografia, quando não decorrente de acidente ou de reabilitação pós-operatória, dispensando-se a coparticipação do primeiro procedimento realizado no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

s) Litrotripsia ultrasônica, dispensando-se a coparticipação de 02 (dois) procedimentos realizados no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

t) Ultra-sonografia, dispensando-se a coparticipação de 03 (três) procedimentos realizados no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, estendendo-se a dispensa da coparticipação para até 06 (seis) procedimentos quando realizados para exame pré-natal, contando-se individualmente para cada beneficiário;

u) Endoscopia, dispensando-se a coparticipação do primeiro procedimento realizado no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

v) Laser terapia, dispensando-se a coparticipação dos 02 (dois) primeiros procedimentos realizados no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

Exceção

w) Internação em decorrência de transtornos mentais, necessitando de cuidados psiquiátricos, dispensando-se a coparticipação de 30 (trinta) dias de internação no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

x) Colonoscopia, dispensando-se a coparticipação do primeiro procedimento realizado no período de Janeiro a Dezembro de cada ano, contando-se individualmente para cada beneficiário;

§ 1º. O percentual de coparticipação incidirá sobre o valor total pago pela AFRAFEP ao prestador de serviços, em decorrência do procedimento com cobertura assistencial.

§ 2º. Os valores devidos a título de coparticipação são individualizados para cada beneficiário, sob a responsabilidade financeira do beneficiário titular, não se incluindo no rateio das despesas assistenciais, conforme dispõe este Regulamento.

§ 3º. Os valores devidos a título de coparticipação serão cobrados ao beneficiário juntamente com a mensalidade do segundo mês posterior à realização do correspondente procedimento.

Art. 22. Os serviços de diagnósticos, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais podem ser solicitados pelo médico assistente ou cirurgião-dentista, não podendo haver restrição aos não pertencentes à rede própria ou credenciada da AFRAFEP, desde que observadas as disposições contidas na Súmula Normativa da Diretoria Colegiada da ANS nº 11/2007, nos termos do art. 12, I, "b" da Lei 9.656/98 e do art. 2º, VI da Resolução CONSU nº 8/98, ou outros atos normativos que venham a substitui-los.

Art. 23. Eventual alteração na rede hospitalar do AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*, por decisão da operadora de plano de saúde, observará o disposto no art. 17 e seus parágrafos da Lei 9.656/98, que se resume nos seguintes termos:

I- É facultada à AFRAFEP a substituição de entidade hospitalar, desde que por outro equivalente e mediante comunicação aos beneficiários e à ANS com 30 (trinta) dias de antecedência, ressalvados desse prazo mínimo os casos decorrentes de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias e fiscais em vigor;

II- Na hipótese da substituição do estabelecimento ocorrer por vontade da AFRAFEP, durante período de internação do beneficiário, a entidade hospitalar obriga-se a manter a internação, e a AFRAFEP a pagar as despesas até a alta hospitalar, a critério médico, na forma do contrato/Regulamento;

III- Excetuam-se do previsto no item anterior os casos de substituição do estabelecimento hospitalar por infração às normas sanitárias em vigor, durante período de internação, quando a AFRAFEP arcará com a responsabilidade pela transferência imediata para outro estabelecimento equivalente, garantindo a continuação da assistência, sem ônus adicional para o beneficiário;

IV- Em caso de redimensionamento da rede hospitalar por redução, a AFRAFEP solicitará à ANS autorização expressa para tanto, informando:

TOSCANO DE BRITO SERVIÇO REGISTRAL RTD/PJ

a) nome da entidade a ser excluída;

b) capacidade operacional a ser reduzida com a exclusão;

c) impacto sobre a massa assistida, a partir de parâmetros definidos pela ANS, correlacionando a necessidade de leitos e a capacidade operacional restante; e

d) justificativa para a decisão, observando a obrigatoriedade de manter cobertura com padrões de qualidade equivalente e sem ônus adicional para o beneficiário.

Art.24. Ficarão disponibilizadas para os beneficiários as informações atualizadas dos prestadores de serviços integrantes da rede credenciada da AFRAFEP, por meios de divulgação eletrônica no sítio eletrônico da operadora de plano de saúde.

Art. 25. A AFRAFEP custeará, nos termos dispostos neste Regulamento, materiais para complementação, auxílio ou substituição de função, órgão ou tecido, como órteses, próteses, materiais especiais e de síntese (OPMES) utilizados, exclusivamente, nos procedimentos cirúrgicos, cabendo ao médico assistente requisitante determinar as características (tipo, matéria-prima, dimensões) das OPMES, bem como o instrumental compatível necessário e adequado à execução do procedimento, justificando clinicamente sua indicação, observando-se as práticas cientificamente reconhecidas e a legislação vigente no país, sendo-lhe vedado exigir fornecedor ou marca comercial exclusivos.

§ 1º. Previamente à autorização, cabe à Auditoria Médica da AFRAFEP a análise da solicitação do médico assistente requisitante, inclusive fazendo uso, quando julgar necessário, de consultoria à entidade especializada em Medicina baseada em Evidências Científicas.

§ 2º - Deliberando a Auditoria Médica da AFRAFEP pela compatibilidade da solicitação com a patologia e situação do beneficiário, será autorizado o(s) procedimento(s), sendo disponibilizado ao médico assistente requisitante e ao beneficiário, por escrito, os detalhes da autorização.

§ 3º. Julgando inadequado ou deficiente o material implantável autorizado pela Auditoria Médica da AFRAFEP, bem como o instrumental disponibilizado, o médico assistente requisitante poderá recusá-los, justificando a recusa por escrito, devendo oferecer à AFRAFEP pelo menos 03 (três) marcas de produtos de fabricantes diferentes, quando disponíveis, regularizados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e que atendam às características da OPMES necessárias ao procedimento (tipo, matéria-prima e dimensões).

§ 4º. Caso persista a divergência entre o médico assistente requisitante e a Auditoria Médica da AFRAFEP, deverá ser escolhido um médico especialista na área, de comum acordo, que decidirá a questão no prazo de 05 (cinco dias) úteis, prazo esse com início a partir do momento em que o médico especialista responsável pela arbitragem tomar conhecimento da divergência e aceitar o encargo.

§ 5º. Cabe arbitragem, nos termos dos parágrafos anteriores, mesmo nas situações de emergência, quando não for possível pré-autorização e tenha sido usado OPMES.

Exceto

§ 6º. Havendo divergência entre o médico assistente requisitante e a Auditoria Médica da AFRAFEP, as OPMES não serão cobertas pela operadora de plano de saúde antes de concluídos os procedimentos especificados nos parágrafos anteriores.

Art. 26. Quando o beneficiário estiver sob cuidados do médico responsável pela internação, a AFRAFEP não responde pelos honorários de outro médico, mesmo que da mesma especialidade, os quais, no caso, serão de responsabilidade direta do beneficiário.

FORMAÇÃO DE PREÇO, MENSALIDADE E FAIXAS ETÁRIAS

Art. 27. A contraprestação pecuniária devida pelo beneficiário à AFRAFEP, decorrente da cobertura assistencial do AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*, denomina-se mensalidade, na modalidade de preço pós-estabelecido, ou seja, calculado após a realização das despesas com as coberturas assistenciais e despesas administrativas.

§ 1º. As despesas assistenciais e administrativas são rateadas, dividindo-se o valor total dessas despesas entre todos os beneficiários vinculados ao AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*, na proporção das respectivas cotas, independentemente da utilização da cobertura.

§ 2º. O valor unitário de cada cota será apurado até o dia 10 (dez) de cada mês, considerando-se:

a) O valor total das despesas assistenciais do mês anterior ao que antecede a apuração do valor unitário da cota;

b) O valor total da previsão das despesas administrativas do mês de apuração do valor unitário da cota;

§ 3º. Ao valor total das despesas apurado nos termos do § 2º, será acrescido o percentual de até 8% (oito por cento) para capitalização do Fundo de Reserva, e de até 4% (quatro por cento) destinado ao Fundo de Solidariedade, nos termos deste Regulamento.

§ 4º. O valor total apurado nos termos dos §§ 2º e 3º acima será divido pelo total de cotas existentes.

§ 5º. O valor unitário da cota será divulgado no sítio eletrônico da AFRAFEP (www.afrafep.org.br), bem como encaminhado ao beneficiário titular através do extrato de utilização do AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*.

§ 6º. A AFRAFEP divulgará, periodicamente, demonstrativo das despesas e receitas do mês apurado, informando, ainda, a quantidade de quotas consideradas para o rateio.

Art. 28. A atribuição de cotas será feita, por pessoa, em conformidade com a tabela de cotas abaixo:

Faixas Etárias	Nº de Cotas
0 a 18 anos	0,43
19 a 23 anos	0,51

TOSCANO DE BRITO SERVIÇO REGISTRAL RTD/PJ

24 a 28 anos	0,62
29 a 33 anos	0,73
34 a 38 anos	0,89
39 a 43 anos	1,06
44 a 48 anos	1,39
49 a 53 anos	1,73
54 a 58 anos	2,11
59 anos ou mais	2,46

Parágrafo primeiro. Havendo mudança na faixa etária do beneficiário, será devido à AFRAFEP o valor da mensalidade definida para a nova faixa etária, a partir do mês subsequente ao aniversário do beneficiário.

Parágrafo segundo. Será devida, por cada beneficiário, taxa de adesão ao AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*, nos termos e valores regulamentados pelo Conselho Deliberativo da AFRAFEP, por meio de Resolução específica.

Art. 29. O pagamento da mensalidade e dos demais valores devidos à AFRAFEP pelo beneficiário, poderá ser realizado, a critério da Diretoria Administrativa da AFRAFEP (SAÚDE):

I - mediante débito em conta bancária;

II - por meio de boleto bancário;

III – através de consignação em folha de pagamento.

§ 1º. Independente da forma de pagamento, as mensalidades e demais encargos financeiros dos beneficiários, de responsabilidade do beneficiário titular, devem ser pagos até o dia 07 de cada mês.

§ 2º. O não pagamento da mensalidade e dos demais encargos financeiros, nos seus vencimentos, acarretará atualização monetária do débito, utilizando-se o índice oficial da inflação acumulado durante o período de atraso, além da imposição de juros de 1% ao mês (0,033 ao dia) e multa de 2% sobre o valor total do débito em atraso.

§ 3º. Não haverá distinção quanto ao valor da mensalidade entre os beneficiários que vierem a ser incluídos no AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* e aqueles já vinculados ao plano de saúde.

CONDIÇÕES DE PERDA DA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO

Art. 30. Caberá à AFRAFEP suspender ou excluir o beneficiário do AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*, nas hipóteses definidas neste Regulamento.

Art. 31. A AFRAFEP só poderá excluir o beneficiário do AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*, sem sua anuência, nas seguintes hipóteses:

I - fraude;

II - perda do vínculo associativo do beneficiário com a AFRAFEP, respeitado os critérios de elegibilidade estabelecidos no art. 7º deste Regulamento;

III –perda da condição da dependente, ressalvadas situações exepcionais impostas por atos normativos da ANS;

III – falecimento do beneficiário;

IV – quando da existência de quaisquer débitos não quitados de responsabilidade do beneficiário, não pagos há mais de 60 (sessenta) dias consecutivos ou não, nos últimos doze meses de vinculação ao plano de saúde, desde que a exclusão do beneficiário seja precedida de notificação extrajudicial escrita destinada ao beneficiário titular ou seu responsável, até o 50º (quinquagésimo) dia de inadimplência.

§ 1º. É considerado inadimplente o beneficiário que possuir quaisquer débitos para com a AFRAFEP, referente ao AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*, mesmo que esteja em dia com o pagamento da mensalidade.

§ 2º. Falecendo o beneficiário titular, os seus dependentes já inscritos perante o AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* poderão permanecer com seus planos ativos, com assunção das obrigações decorrentes, desde que atendidas as demais disposições constantes neste Regulamento, no Estatuto Social da AFRAFEP e nos atos normativos da ANS.

DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

Art. 32. Após o décimo dia de inadimplência, consecutivos ou não, a AFRAFEP poderá, automaticamente e independente de notificação prévia, suspender a cobertura assistencial do beneficiário titular e de todos seus dependentes, notificando-o posteriormente para o imediato adimplemento do débito, com a advertência de que a continuidade da mora repercutirá na perda da qualidade de beneficiário, nos termos dos arts. 30 e 31 deste Regulamento.

Art. 33. O encerramento da operação do plano de saúde pela AFRAFEP, em caráter definitivo e para todos os beneficiários, só poderá ocorrer com a observância do que dispuser o Estatuto social da Associação, respeitada a instância decisória competente e os atos normativos da ANS.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34. Para manutenção das reservas garantidoras da assistência à saúde prestada pelo AFRAFEP-SAÚDE *PLUS*, a AFRAFEP constitui Fundo de Reserva, com a seguinte fonte de receita:

I – o percentual de até 8% (oito por cento) estabelecido no §3º do artigo 27 deste Regulamento;

TOSCANO DE BRITO SERVIÇO REGISTRAL RTD/PJ

II – doações.

§ 1º. A utilização de valores creditados no Fundo de Reserva será regulamentado por Resolução específica do Conselho Deliberativo da AFRAFEP.

Art. 35. O Fundo de Solidariedade, capitalizado nos termos do § 3º do art. 27 deste Regulamento, será regulamentado por Resolução específica do Conselho Deliberativo da AFRAFEP, onde se definirá a destinação de seus recursos.

Art. 36. Os recursos consignados para o AFRAFEP-SAÚDE *PLUS* serão movimentados em estabelecimentos de crédito, em contas separadas para aplicação e rendimentos, segundo as suas finalidades.

Art. 37. As disposições deste Regulamento serão complementadas pelos atos normativos que forem expedidos pelo Presidente da AFRAFEP, para fiel observância das finalidades do Plano de Assistência Médico-Hospitalar, e execução dos seus objetivos.

Art. 38. O presente Regulamento somente poderá ser modificado pelo Conselho Deliberativo da AFRAFEP, convocado especialmente para esse fim, obedecendo as normas do Estatuto social da Associação.

Art. 39. As dúvidas de interpretação e os casos omissos serão dirimidos pela Diretoria Administrativa da AFRAFEP (SAÚDE).

Parágrafo único. O beneficiário poderá formular requerimento por escrito à Diretoria Administrativa da AFRAFEP (SAÚDE), cabendo recurso para o Conselho Deliberativo da Associação, no prazo de 30 (trinta) dias após cientificado o beneficiário da decisão da Diretoria Administrativa da AFRAFEP (SAÚDE).

DA VIGÊNCIA DO REGULAMENTO

Art. 40. O presente Regulamento tem vigência por prazo indeterminado, iniciando em 30 de Janeiro de 2014.

ELEIÇÃO DE FORO

Art. 41. Com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, fica estabelecido o foro de onde se encontra sediada a AFRAFEP em João Pessoa, para a solução de eventuais litígios que se originem da assistência à saúde disponibilizada aos beneficiários, nos termos deste Regulamento.

Elaine Carvalho César Félix

Elaine Carvalho César Félix
PRESIDENTE

TOSCANO DE BRITO 1º OFÍCIO DE NOTAS

TOSCANO DE BRITO
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Rua Candico Pessoa, 31 - CEP
Fone: (83) 3241-7177 - João P
toscanodebrito.com.br

TOSCANO DE BRITO-SERVIÇO NOTARIAL
3ª OFICIO DE NOTAS

RECONHECIMENTO DE FIRMA Nº 2020-011641

Reconheco por semelhança a firma de:
ELAINE CARVALHO CESAR FELIX**********
****

Dou fé, em testemunho da verdade. João Pessoa - PB. 17/11/2020 15:52:00
EMOL: R$10,22 FEPJ: R$2,04 FARPEN: R$0,30 ISS: R$0,51

SELO DIGITAL: AKQ21830-U2EX
Confira a autenticidade em https://selodigital.tjpb.jus.br

VINICIUS AZEVEDO TOSCANO DE BRITO - SUBSTITUTO

TOSCANO DE BRITO
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Rua Candido Pessoa, 31 - CEP 58010-460
Fone: (83) 3241-7177 - João Pessoa - PB
toscanodebrito.com.br

TOSCANO DE BRITO SERVIÇO REGISTRAL
RTD/PJ

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Documento protocolado sob nº 793422 e registrado no Livro A 0979 sob nº 793422 e folha 162 e arquivado neste Serviço. Certifico e dou fé.
João Pessoa - PB. 19/11/2020 10:22:29

SELO DIGITAL: AKN70833-H64N
Confira a autenticidade em https://selodigital.tjpb.jus.br
EMOL:R$ 153,37 FARPEN:R$ 13,84 FEPJ:R$ 30,67 ISS:R$ 7,67

MARCOS ALFREDO DA ROCHA SILVA - ESCREVENTE